

# ARTIGOS



# **Experiência humana e narrativa – a questão da preservação da memória por intermédio dos acervos orais**

*Cleusa Graebin\* e Rejane Penna\*\**

“A história começa pelo fim. Fale ou morra. E enquanto continuar a falar, não vai morrer” (Paul Auster)

## **Resumo**

Museus e Arquivos são lugares privilegiados de preservação da memória. Entretanto, uma forma de manifestação da memória não está suficientemente aceita e contemplada no acervo dessas instituições – a narrativa de experiências por intermédio de entrevistas orais, ainda que memória e fontes orais estejam profundamente imbricadas. Este trabalho discute a validade, a formação e possibilidades de utilização de um acervo de fontes orais, exemplificando com a experiência da constituição e funcionamento do projeto alicerçado em depoimentos intitulado Memória Lassalista, sob a guarda do Museu e Arquivo Histórico La Salle, no Rio Grande do Sul.

**Palavras-chave:** memória, acervo, fontes orais, instituições

## **Introdução**

A questão central que orienta as reflexões e análises que fazemos neste trabalho diz respeito aos debates sobre os suportes da memória e suas relações com história, patrimônio e construção de identidades. Para pensá-la, este artigo estrutura-se da seguinte maneira: primeiro, abordamos a emergência das fontes orais como importante instrumento de compreensão da sociedade, integrando, gradativamente as pesquisas na área das Ciências Humanas, até a sua integração em diversos centros de preservação da memória. Destacamos os diversos tipos de acervos orais considerados de valor cultural, a partir das características e dos diferentes procedimentos relativos a produção e difusão, argumentando a possibilidade de utilização de acervos já constituídos por novos pesquisadores. Brevemente, tratamos da consolidação da noção de patrimônio intangível, a partir de uma perspectiva abrangente e de suas relações com os conceitos de cultura, memória e identidade. O que remete à admissão da variedade, tanto de suportes quanto de registros culturais. A seguir, buscamos responder aos questionamentos da validade e representatividade das fontes orais, enfatizando o caráter social da memória contida nos depoimentos, refletindo, ao mesmo tempo, os elementos em comum e as diversidades de uma sociedade, legitimando a incorporação dos depoimentos orais nos locais responsáveis pela guarda da memória. Por fim, buscamos exemplificar os argumentos com a experiência do Arquivo Oral da Memória Lassalista, criado para permitir o estudo institucional de uma organização de ensino, explicando a metodologia e sugerindo algumas possibilidades de abordagem pelo estudo das entrevistas.

### **Fontes orais – do tímido ressurgimento à constituição de acervos**

A memória é a base do que chamamos de patrimônio, expressando-se de diversas formas, manifestando os sentidos e as

percepções elaboradas sobre as experiências vivenciadas e compartilhadas. Sua manutenção garante o reconhecimento mútuo dos membros do grupo entre si e de suas representações culturais pelos demais. Constitui-se como fundamento das origens e coloca-se como elemento necessário para garantir a criatividade, uma vez que auxilia para afastar a incerteza dos começos (CHOAY, 2001).

Também é inevitável relacionar memória à formação das representações, arena para a qual confluem inúmeras dimensões da vida coletiva (política, econômica, religiosa) e da vida individual (psíquica, corporal, identitária). Na construção das representações, exercita-se a capacidade específica do indivíduo em sintetizar a realidade observada, com base no que sua memória contém de inscrição histórica, étnica, racial, social e sexual.

Para expressar seu sistema de representações, os indivíduos utilizam, entre outros meios, a escrita e a oralidade. Conforme mencionado por Olson (1997), apenas nos séculos XII e XIII, os documentos escritos começaram a substituir a memória e o testemunho oral, e a compreensão das Escrituras, dos sacramentos e da natureza sofreram uma transformação correspondente ante o impacto da cultura escrita.

Na Baixa Idade Média, a crescente valorização da palavra escrita, identificou o texto à objetividade. Como consequência, também se começou a levantar questões referentes à validade do testemunho da voz pública, do registro familiar oral e da memória coletiva.

Para o trabalho intelectual, pouco a pouco, foi definido o tipo de fonte que podia ser considerada confiável, visando a adquirir um estatuto de seriedade, extrapolando a mera imaginação ou os registros seriais eclesiásticos ou de dinastias. As fontes escritas prestaram-se a uma verificação mais viável do que os pouco precisos depoimentos orais.

Na contemporaneidade, com o surgimento de críticas e revisões às análises sócio-históricas tradicionais, referendadas em documentos escritos e oficiais, alguns pesquisadores ampliaram a

noção de fonte, incluindo imagens e registros sonoros. Ainda os (1) do CPDOC e do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina, exatamente propondo a constituição de acervos de depoimentos orais de histórias de vida de representantes da elite política brasileira. Ainda que esse novo campo de trabalho despertasse, na época, pouco interesse e, em alguns casos, fortes resistências, a possibilidade de sua afirmação pode ser explicada a partir da abertura de novos centros de pesquisa e programas de pós-graduação nas universidades brasileiras” (FERREIRA, 1994, p.9).

Ainda na década de setenta, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) criou o Grupo de Documentação em Ciências Sociais (GDCS), composto por especialistas em biblioteconomia e documentação, bem como de cientistas sociais, com os objetivos de contribuir para a preservação de documentos necessários aos estudiosos das Ciências Sociais no Brasil, promovendo, estimulando e coordenando a difusão de documentação e incentivando a cooperação entre especialistas e cientistas sociais do país e do exterior. O GDCS incluía, dentre os subgrupos especializados, uma modalidade de História Oral, junto a de Preservação e Restauração, Guia de Fontes para a História do Brasil e Bibliografia, Biblioteca e Informação. Na modalidade de História Oral, incluíam-se as entidades CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, Universidade Federal Fluminense, Universidade de Brasília, Universidade Federal de Santa Catarina e Centro de Memória Social Brasileira ( FERREIRA, 1996, apud FERNANDES, DUARTE e RODRIGUES, 2003).

Adiante, os anos oitenta representaram, no campo acadêmico, a consolidação de vários programas de pós-graduação em História e Ciências Sociais, com orientações mais amplas, enfocando aspectos sociais e culturais. Pesquisadores encontraram espaço para produzir trabalhos com História Oral, explorando temáticas como a classe trabalhadora brasileira, a História de bairros, as minorias e grupos discriminados, como negros e mulheres

Aos poucos, surgiram outras experiências em centros respeitados de pesquisa, como o da UNICAMP, que constituiu em

1988, a Área de Arquivos Históricos, com o objetivo de preservar a memória científica nacional e favorecer a pesquisa multidisciplinar, através do recolhimento, reunião, organização, descrição, guarda, conservação e divulgação dos Fundos e Coleções de origem pública ou privada.

Buscando retratar a evolução da ciência no Brasil, da filosofia e da lógica, reuniu em seu acervo a documentação produzida pelos grandes pesquisadores de reconhecimento nacional e internacional, também recolhendo e registrando, através dos depoimentos orais, como foi o processo de implantação das Universidades e Centros de Pesquisa, bem como os caminhos percorridos pelos pesquisadores em sua trajetória acadêmica.

Também criado na década de oitenta, encontra-se o LABHOI-UFF - Laboratório de História Oral e Iconografia do Departamento de História, da Universidade Federal Fluminense, que compõe o programa de atividades acadêmicas do Departamento de História, unindo ensino, pesquisa e extensão universitária, incentivando a construção de novos objetos de pesquisa e o recurso a metodologias e fontes inovadoras, destacando-se a documentação oral e iconográfica.

O Laboratório se organiza em torno de três eixos de pesquisa, que conjugam História Oral e imagem. Em História Oral, a pesquisa está voltada para as temáticas relacionadas ao estudo da elaboração e atualização das memórias sociais (sujeitos individuais e coletivos), desenvolvendo uma atividade regular na organização de acervos de fontes orais, com base em entrevistas em fita-cassete, a partir de pesquisas realizadas por seus professores e alunos.

Outras experiências podem ser cotejadas, inclusive no exterior, como o programa de constituição de um arquivo de fontes orais no "Conselho da Marinha Grande", no distrito de Leiria, em Portugal, promovido pela respectiva Câmara Municipal, com apoio científico do Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa. Denomina-se "Identidade(s) & Diversidade(s) da região de Leiria: as linhas com que se cosem as pertencas". Na página do projeto, disponível na internet, Emília Marques (acessado em 2005), uma de suas organizadoras,

destaca no texto “Memória e Identidade em fontes orais: reflexões sobre uma experiência marinhense”, o que revelam os depoimentos quanto à relação aos objetos e à cultura material, quanto às formas de relacionamento interpessoal (especificando as condições infantil e feminina), quanto à vida pública e cívica. Suas análises indicam as potencialidades dos materiais obtidos no estudo das mudanças e permanências que, ao longo do século XX, marcaram as vivências locais e os modos de ser, reforçando a idéia da importância insubstituível deste tipo de fonte, que permite aceder ao imenso mundo ausente das fontes escritas e que, sobretudo, se encontram particularmente aptas a ilustrar e complexificar as regularidades, colectivamente partilhadas com a diversidade e a subjectividade dos percursos individuais.

Retornando ao Brasil, o texto “Os combates da memória: escravidão e liberdade nos acervos orais de descendentes de escravos brasileiros”, de Hebe Maria Matos (1998), ancora-se na utilização de entrevistas, provenientes de acervos orais ou de pesquisadores individuais e que: “Tomados em conjunto, produzem determinadas representações comuns sobre a escravidão e liberdade, história e memória, que assumem estar referidas à trajetória e à tradição familiar”.

Estes depoimentos, conforme mencionado, são fruto de experiências de pesquisa bastante diferenciadas em objetivos, embasamento teórico e metodologia. Dois deles são resumos de entrevistas guardadas no acervo “Memória do Cativo”, do Laboratório de História Oral e Iconografia do Departamento de História, da Universidade Federal Fluminense – LABHOI-UFF.

De acordo com Hebe Maria Matos, esta não é uma experiência pioneira. Maria de Lourdes Janoti e Sueli Robles R. de Queiroz coordenaram projeto semelhante em São Paulo, em 1988, intitulado “Memória da Escravidão em famílias negras de São Paulo”. Transcrições das entrevistas realizadas, analisadas em mais de uma dissertação de mestrado, encontram-se arquivadas no Centro de Apoio à Pesquisa em História Sergio Buarque de Hollanda (FFLCH-USP).

A autora enfatiza que, a partir de iniciativas como estas, talvez tardiamente, constituem-se, no Brasil, acervos potencialmente capazes de basear uma abordagem histórica da questão social do liberto após a abolição da escravidão:

A primeira questão que emergiu ao abordá-los em conjunto forçou-me, entretanto, a enveredar por outro tipo de investigação. Por que este tipo de trabalho só começou a ser desenvolvido nos últimos vinte anos? Como foi possível que perdêssemos a oportunidade de registrar para a posteridade a fala e a memória de milhares de ex-escravos brasileiros ainda vivos e lúcidos durante toda a primeira metade deste século?(1998, p.125).

Lamentavelmente, as resistências à utilização de fontes orais permitiram que tal ocorresse e o dano à memória e à história é irreversível. Lacuna que é apenas, pela dimensão e repercussão da escravidão no Brasil, a mais explícita das vivências de outros grupos representativos na sociedade, mas com dificuldades, devido a sua desvantajosa inserção econômica e política, para influenciar na integração de seus legados nos lugares da memória nacional.

Apesar das várias experiências exitosas, outro obstáculo que se coloca à constituição dos acervos orais é o questionamento da possibilidade de serem utilizados por pesquisadores que não aqueles que realizaram as próprias entrevistas, boa parte baseados em um projeto, com componentes teóricos e objetivos delineados, direcionando o rumo das entrevistas.

Nesse sentido, alguns autores preocupam-se em distinguir acervos orais de fontes orais. Para Voldman (1992), acervo ou arquivo oral será considerado como um documento sonoro, gravado por um arquivista, historiador, etnólogo ou sociólogo, em função de um tema preciso e que, uma vez depositado em uma instituição destinada a guardar os vestígios de tempos passados para os pesquisadores do futuro, tem aí sua destinação natural.

É crescente o número de pesquisadores que se preocupam em ultrapassar a utilização das fontes orais nas entrevistas que integrarão

futuros textos, objetivando também a criação de arquivos e centros de documentação com fontes orais, como Martha Hernecker e o Centro de Pesquisa em História Oral denominado MEPLA:

(...) sigla que, por lo demás, no se corresponde com el nombre que, por ignorancia em estas cosas, le pusimos: Centro de Recuperación y Difusión de la Memoria Histórica del Movimiento Popular Latinoamericano. El Centro fue creado em octubre de 1991. Yo lo dirijo, Isabel es su subdirectora. Somos menos de una decena, una maravillosa familia, entusiasmada com el trabajo y dispuesta a asumir cualquiera de las múltiples tareas (...) Hoy MEPLA tiene dos grandes áreas de investigación: la de Procesos Transformadores, com tres sub áreas: partidos de izquierda, gobiernos regionales y movimientos populares, y el Area Mujeres Latinoamericanas. (1996, p.26).

Os acervos orais que trabalham as fontes dentro de princípios metodologicamente refletidos, a fim de viabilizar sua utilização pelos demais pesquisadores, se, por um lado, limitam o surgimento de novos temas, por outro, têm como vantagem a transparência do seu processo de criação, auxiliando em um trabalho mais consequente, passível de uma crítica fundamentada no processo comparativo entre trecho selecionado e texto integral, possibilitando uma discussão entre escolhas e interpretações do pesquisador.

Este ponto de vista é complementado por outro aspecto abordado na reflexão de UHLE (1996), em que a preocupação estende-se para além do testemunho do depoente, englobando também as questões e problematizações do pesquisador responsável pelo projeto da entrevista. Analisa que se encontra na natureza dos acervos orais uma vantagem: eles permitem recuperar o que o pesquisador procura encontrar, na medida do seu interesse por uma história que está se fazendo e que é vivida de forma diferente por vários atores sociais. Isto permite deduzir que os acervos orais não se resumem somente a saber como ocorreram determinadas passagens ou alguns fatos. Eles buscam também compreender de

que maneira foram vividos e memorizados, com as variações inerentes do processo de lembrar, por atores e observadores, o surgimento e a vida de uma instituição, de uma reforma, ou de uma prática.

Verena Alberti (2001) ressalta que, ao constituir um programa de História Oral, haverá a escolha de um tema que marque a linha de acervo. Pesquisadores interessados no tema poderão, futuramente, encontrar fontes que auxiliarão nos seus estudos. Assim, as entrevistas que constituem um acervo de História Oral devem conter dados biográficos do entrevistado, a fim de situá-lo no contexto estudado, auxiliando o pesquisador do futuro a saber quem está falando e de qual perspectiva fala.

Na verdade, a problemática de utilizar fontes orais ou não, preservá-las ou descartá-las envolve concepções que se reservam ou aceitam e estimulam o estudo da diversidade cultural e seus diferentes suportes. Partindo dessa diversidade, as instituições de preservação patrimonial já incluem, nas diversas Cartas e Legislações, os cuidados e destaques necessários à valorização e divulgação da cultura, expressa por usos e costumes distantes dos atos marcantes e emblemáticos de lideranças políticas, direcionando o olhar às discretas e fundamentais tecelagens diárias de vivências, sobrevivências e saberes.

Essa democratização da compreensão do que é relevante culturalmente, enfrenta dificuldades para ser estendida nos seus suportes, pois mesmo que uma parte significativa da memória do século XX e XXI esteja nos recursos audiovisuais, apenas em 1993 a UNESCO aceitou que os documentos audiovisuais também fizessem parte da herança cultural do mundo. Em 1998, no projeto da mesma UNESCO, denominado Memória do Mundo, reafirmou-se ter sido recomendado, desde a primeira reunião (1993), que a noção de patrimônio documentário fosse ampliada para incluir, além dos manuscritos e arquivos históricos, os documentos em todos os suportes, particularmente os documentos audiovisuais, os registros informatizados e os registros de tradições orais.

Evidencia-se que esta noção de patrimônio histórico, que evoca múltiplas dimensões da cultura como imagens de um passado vivo, com elementos que necessitam de preservação porque são coletivamente significativos em sua diversidade, ainda precisam de estudos e discussões, para que os obstáculos a sua inserção nos acervos de arquivos e museus seja uma realidade e não exceção ou parcela pouco valorizada.

### **A validade e representatividade das fontes orais nos lugares da memória**

Até então, abordou-se o ressurgimento das fontes orais como elementos essenciais para uma leitura do social, bem como o reconhecimento desse processo com a criação de inúmeros acervos orais, além das dificuldades de sua integração, em boa parte dos museus e arquivos históricos do país. Seguiremos alguns indícios para tentar identificar as razões de tal resistência.

De acordo com Louzada (1992), ao falar de diversas formas e fontes para a memória, poderíamos entender os mesmos suportes usados há séculos e também aqueles surgidos com as tecnologias mais recentes. Uma das novidades, talvez, consista na ruptura da hierarquia entre as modalidades de registro: por exemplo, o escrito com carimbo institucional começa a deixar de ser a única fonte ‘fidedigna’, com o reconhecimento da oralidade como fonte válida.

Nessa era de aceleração da reprodutibilidade técnica, o aumento de possibilidades de registro e, em certos casos, a facilidade para apropriar-se de novas linguagens tende a favorecer o início da quebra do monopólio do documento escrito e dos objetos tradicionalmente aceitos como suportes da memória (idem).

Isso remete à legitimação de outros suportes, tais como as entrevistas orais, intermediadas por um gravador que perenizará o depoimento para consultas posteriores. Vencido o obstáculo técnico enfrenta-se outro. Nesse sentido, um questionamento sempre se faz presente quando se discute a utilização das fontes orais em

pesquisas relativas à sociedade e suas representações. Pergunta-se como um depoimento individual pode traduzir a experiência social de um grupo. Entre várias respostas possíveis, destacamos Rousso, que enfatiza o caráter social e coletivo da memória, como elemento predominante, não aceitando sua individualização pura e simples:

A memória, para prolongar essa definição lapidar, é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar e social e nacional" (1996, p.96).

Portanto, toda memória é, por definição, "coletiva", como sugeriu Maurice Halbwachs (1990). Seu atributo mais imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao "tempo que muda", às rupturas que são o destino de toda vida humana, constituindo um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros.

Essa memória, ao mesmo tempo una e múltipla, é o elemento básico para que o indivíduo situe-se no mundo e diga para si e para os outros quem ele é. Em outros termos, a memória é a base da construção de uma auto-imagem, de uma identidade e de suas representações.

Também quando se menciona memória, um nome é sempre lembrado: Pierre Nora (1997). Analisando a memória coletiva como o que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado, classificou como lugares da memória coletiva, arquivos, bibliotecas e museus.

A necessidade de tais lugares é devida às transformações do mundo moderno. Pela aceleração da História, cada vez mais, o cotidiano afasta-se das vivências da tradição e do costume; a memória deixa de ser encontrada no próprio tecido social e passa a necessitar de lugares especiais para ser guardada, preservada em seus laços de continuidade. São os lugares de memória encarregados de

desempenhar esse papel de manutenção dos liames sociais, de fugir à ameaça do esquecimento (FÉLIX, 1998, p.53). São os museus, os memoriais e os arquivos, entre outros.

O museu é um produto cultural europeu e é neste continente que a instituição nasce, se consolida como conservadora do patrimônio cultural da humanidade, ainda no século XVIII, como é o caso do Museu Britânico e do Museu do Louvre, em 1753 e 1793, respectivamente. (KERRIOU, 1992, p.90).

E até hoje tem sido uma instituição aberta ao público, não lucrativa e fundamentalmente a serviço da sociedade.

A nova museologia procura oferecer-se às comunidades como meio de comunicação e educação, para que cada grupo, apropriando-se dele, produza sua própria expressão e lhe dê utilidade como um espaço onde possa expor, sistematizadamente, sua própria cultura, patrimônio cultural, suas problemáticas, através de processos históricos que lhes permitam compreendê-las. (idem, p.95).

Então, o argumento favorável à constituição de acervos orais passa pela aceitação de que é fundamental compreender que existem modos de proceder, baseados em duas maneiras diferentes de tratar o documento: um que confere maior importância à precisão factual e à informação, e outro mais preocupado com o que revelam as interpretações sobre os fatos.

No segundo caso, trata-se, basicamente, da narrativa do indivíduo, de suas experiências e é limitada pelo tempo possível de vida que se testemunhou. São os denominados testemunhos voluntários, não restritos às fontes orais, integrados também por autobiografias e diários, produzidos com a intencionalidade de narrar uma experiência para o conhecimento dos demais.

O uso de tal reminiscência tem sido, até agora, a maior contribuição de historiadores como Paul Thompson, utilizando os dados orais, para dar voz àqueles que não se expressam no registro documental. Entre as fontes orais e as fontes escritas, mesmo que as segundas tenham também uma carga de subjetividade, esta é,

incomparavelmente, menor do que nas fontes orais. Principalmente as fontes escritas, provenientes de documentos que não têm a função original de servirem de fontes históricas, como inventários, registros de atos públicos e orçamentos. Mas, ressaltamos, as fontes orais não podem ser simples substitutas e de segunda categoria das fontes escritas. São fontes de outra natureza, prestam-se a outro tipo de análise.

Em relação à questão da diferença entre a natureza das fontes, é interessante a argumentação e a exemplificação que Aspásia Camargo desenvolve a respeito:

O Cordeiro de Farias, ou quem quer que seja, vai dar a sua interpretação global sobre o processo e vai ter suas limitações. A limitação do documento é que ele só diz aquilo que está escrito, não diz nem mais nem menos. Certamente, a pessoa que escreveu tinha informações muito maiores do que as que passou na carta, mas você só tem a carta. A entrevista não, ela é inesgotável. Pode-se perguntar àquela pessoa tudo o que se quiser, e ela pode responder num sentido muito mais amplo do que uma pergunta Regionalizada (1999, p.172).

A autora explica que as interpretações que se pode dar do passado, às vezes, até se baseiam em trocas de datas, imprecisão nas coisas, pode haver erros, mas ali são definidos que, o que interessa não é a entrevista como documento absoluto. A entrevista como documento é como qualquer outra fonte, ou seja, parcial e limitada. Logo, sua metodologia não se baseia num documento, baseia-se num conjunto de documentos.

E, se levarmos em consideração de que o ser humano coleta e conserva objetos e documentos por diferentes causas e com finalidades diversas, desde a satisfação da vaidade até a acumulação ou construção de conhecimentos, aceitaremos que a formação de um acervo implica um processo de reconhecimento e de formulação de sentidos, pressupondo-se que, a partir de uma realidade existente, haja a formulação de padrões, metas e eleição de critérios.

Dessa forma, as resistências à integração das fontes orais na constituição dos acervos dos mais prestigiosos Museus e Arquivos (2) cederão frente às concepções, uma vez que os lugares da memória necessitam abranger um conjunto de manifestações mais amplo, onde a presença de categorias menos favorecidas, do ponto de vista do poder, possam ser percebidas não apenas pelas lacunas dos documentos oficiais, mas pela sua própria voz e versão.

Tal raciocínio não implica a defesa da formação de um “acervo de oprimidos”, elegendo heróis descendentes de escravos ou operários, por exemplo, mas de uma memória perenizada sob a forma de acervo, que, efetivamente, esteja contemplando a imensa diversificação da sociedade.

Os acervos orais podem auxiliar na compreensão de que as fontes orais não devem ser apressadamente reduzidas ao preenchimento de lacunas de informação, isto é, à complementação documental. Na maior parte das vezes, elas se apresentam como um instrumento capaz de gerar a ampliação do conceito de documento, além de oferecer novos elementos para a análise do campo social (FERNANDES, DUARTE e RODRIGUES, 2003).

### **A constituição e operacionalização do acervo de fontes orais no Arquivo e Museu Histórico La Salle – Elementos para uma história institucional e educacional**

Procuramos neste item, demonstrar como estamos buscando colocar em prática as noções e análises desenvolvidas até aqui na constituição de um acervo de depoimentos dentro de uma instituição, para além do mero sentido legitimador que pode chegar a tornar-se laudatório e, assim, desperdiçar seu potencial de leitura do social.

Em 2007, os Irmãos Lassalistas completarão cem anos da sua obra educativa no Rio Grande do Sul. Nesse tempo de preparação para as comemorações do centenário, um desafio se impõe: registrar a memória dessa instituição que tem estado tão intimamente ligada

à própria história da educação. Daí o propósito de constituir um acervo de depoimentos orais com as figuras mais diretamente envolvidas no processo de criação e consolidação das escolas lassalistas no Estado, bem como dos que usufruíram da formação por elas oferecida.

No caso específico da formação do Arquivo Sonoro e Visual da Memória Lassalista, tanto o trabalho de coleta de testemunhos quanto o de sua organização, estão apoiados na formação de um corpo teórico-metodológico, constituído no estudo das teorizações e na prática do trabalho de campo, aqui brevemente historiados.

Em 1996, a partir de projetos de dissertações de mestrado elaborados por Irmãos e professores da Congregação do Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs, doravante, neste artigo, denominados de Lassalistas, ligados à trajetória da Instituição, foi iniciado um trabalho de levantamento de material — documentos e peças —, visando a ter fontes para pesquisa. A partir desse trabalho, sentiu-se a necessidade e a importância de constituir-se um local para a guarda dessa memória.

Para tanto, no decorrer de 1996 a 1998, foi elaborado um projeto para a criação do Arquivo Histórico e Museu, sendo apresentado à Reitoria do Centro Universitário La Salle. Esta apreciou o Projeto, o qual foi encaminhado e aprovado pelo CONSEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão), efetivando-se sua criação através da Resolução n<sup>o</sup> 25/98, de 21 de agosto de 1998, tendo início sua execução em março de 1999.

Mais tarde, em 2002, a produção do acervo oral e sua integração no Arquivo Histórico e Museu, formado por um conjunto de testemunhos, constituiu-se, por um lado, como um acréscimo de fontes ao campo do estudo da educação, na medida em que os depoimentos registram a trajetória e o desempenho de professores e alunos em diferentes momentos. Por outro lado, contribui para a preservação da memória do sistema de educação privada, auxiliando nas múltiplas discussões, prós e contras em relação a sua contribuição na formação cultural da sociedade brasileira.

O projeto está sendo desenvolvido por alunos e professores pesquisadores do Centro Universitário La Salle, de Canoas (RS), e os testemunhos constituem um acervo intitulado Arquivo Sonoro e Visual da Memória Lassalista. Já foram realizadas diversas entrevistas, gravadas em fitas cassete com irmãos, ex-irmãos, professores, alunos e ex-alunos de comunidades educativas lassalistas da Região Metropolitana de Porto Alegre. No caso dos alunos pesquisadores, recebem, no começo, orientação em sua iniciação científica por intermédio de treinamento intitulado "Oficina de Lembranças", com 40 horas, em que conhecem e discutem textos teórico-metodológicos, envolvendo fontes orais, além de técnicas de entrevistas e transcrição.

De acordo com a metodologia utilizada pelos pesquisadores, as entrevistas semi-dirigidas são conduzidas com o propósito de perceber a relação entre o indivíduo e a história institucional. Nesse sentido, o entrevistador inicia a conversa com perguntas sobre a infância e a socialização do entrevistado: onde e quando nasceu, origens familiares, primeiros estudos etc. Em seguida, procura acompanhar seu rumo até a entrada em uma instituição lassalista, tanto para o caso de professores e alunos, quanto também, de candidatos a desenvolverem estudos para, mais tarde, abraçarem a vida religiosa na congregação.

A organização do acervo passa por três caminhos. O primeiro relaciona-se com a integridade dos depoimentos - a sua identificação e localização, a conservação e a guarda patrimonial; o segundo é a preocupação com o conteúdo, ou seja, elaborar dados e informações sobre os depoimentos para possíveis buscas por parte de pesquisadores/curiosos; o terceiro é comunicar o acervo para o público, o que, nesse caso, fazemos de forma tradicional (acesso a Banco de Dados local) e pelo cibernsistema (index que remete ao Banco de Dados), quebrando, assim, a barreira tempo/espço. De qualquer lugar, o pesquisador/curioso poderá acessar as informações de que necessita.

O acervo com entrevistas tem um potencial de alcance em um plano além do mero armazenamento de dados. Sugerem e respondem a questões pertinentes sobre as formas de controle e reprodução do poder na instituição e, também, os cortes geracionais que impedem ou favorecem os processos de mudança.

Esses depoimentos também são valiosos para a compreensão da formulação e implementação de políticas educacionais, culturais e econômicas, assim como permitem colocar em foco a metodologia de produção e exploração de documentos orais. As memórias dos atores sociais da história institucional potencializam a compreensão do entrelaçamento entre as experiências de alunos, ex-alunos, professores, ex-professores e a própria história dos Irmãos Lassalistas e de suas escolas.

Esse movimento vai no sentido da reflexão de Flávia Werle que, criticando os “fiéis depositários da memória institucional”, afirma que somos todos, a um só tempo, depositários e construtores da identidade institucional:

Não é incomum encontrar instituições sem registros de seu passado, desprezando-o; com lapsos de documentação referentes a longos períodos ou nas quais uma ou outra pessoa domina a documentação apropriando-se da memória institucional como se fossem proprietárias do passado institucional do qual muitas vezes nem foram atores ativos.(acessado em 2003).

Felizmente, não só a instituição Lassalista, mas também órgãos e empresas estatais e privadas têm demonstrado, nesses últimos anos, uma crescente preocupação em recuperar sua própria história, sendo as fontes orais seus elementos fundamentais. É o caso, por exemplo, da Petrobrás e da Eletrobrás que, a partir da organização de “centros de memória”, formaram expressivos conjuntos de depoimentos, alguns deles transformados em livros.

Estes acervos contêm uma potencialidade que ainda está sub-aproveitada, em se tratando de relacionar instituições como modelos

de ações sociais básicas, estratificados historicamente, destinados a satisfazer necessidades vitais do homem e a desempenhar funções sociais essenciais, perpetuados pela lei, pelo costume e pela educação.(GUSMÃO, 2001).

A idéia de instituição só tem sentido e seu papel só é efetivamente desempenhado a partir do esforço do grupo que a movimenta e lhe dá vida, perpetuando-se alguns sentidos e renovando-se outros com a chegada de novos membros. Esta dinâmica pode ser apreendida, em parte, pelas narrativas dos próprios atores ao organizarem suas lembranças de trajetórias diferenciadas, contraditórias ou complementares.

Dessa forma, seguindo o raciocínio de Flávia Werle, o projeto trará aos participantes da pesquisa histórica – pessoas e instituição – certas leituras e significados, compondo a história de relações grupais, institucionais e interpessoais, reorganizadas, reaparecendo, no contexto institucional atual, uma história que viveram ou da qual ouviram falar e que estarão novamente re-significando.

A leitura de trechos das entrevistas, realizadas e arquivadas no Arquivo e Museu Histórico La Salle, indicam diversas possibilidades de análise e de aprofundamentos, pois os depoimentos não se mostram, em suas múltiplas implicações, ao primeiro olhar, registrando preocupações de, no mínimo, dois sujeitos diferentes - logo é espaço da intersubjetividade do diálogo de diferentes identidades.

A investigação crítica não pode desconsiderar que os depoentes têm um interesse próprio no depoimento que prestam aos pesquisadores: eles decidem o que lembrar, qual História contar, o que recortar, o que montar, o que esquecer. Ao se trabalhar com o indivíduo, recolhe-se seu depoimento, mas não se domina o processo de produção do seu pensamento, com seus mecanismos internos, tanto físicos quanto psicológicos.

Há que se observar, preliminarmente, que a maior parte das pessoas entrevistadas ainda possui vínculos com a instituição, estando conscientes dos possíveis efeitos positivos ou negativos de seus depoimentos. É uma questão a ser enfrentada para quem pretende

abordar o recente segmento da História Institucional. Mas um certo risco do edolcuramento dos fatos e das relações, de forma inconsciente ou proposital, não invalida o depoimento, tomando-se apenas o cuidado de analisá-lo à luz desta variável, envolvimento afetivo e profissional, além da organização de uma memória imersa em locais, pessoas, relações e fatos que a geraram.

Levando em consideração que a proposta não é a recuperação exata, exaustiva e minuciosa dos fatos, como se fossem coisas captadas em sua essência, percebe-se que os espaços subjetivos e objetivos da instituição possibilitam diversificadas e não necessariamente convergentes visões institucionais.

Como exemplo, no trabalho que ora realizamos, em uma primeira amostragem, os depoimentos, tomados em conjunto, por vezes, assemelham-se, como no reforço à idéia de que a instituição lassalista transcende um simples espaço de trabalho e acompanha o indivíduo em todas as esferas de sua vida.

Por outro lado, as descrições, isoladamente, não apontam significados múltiplos, superpostos e contraditórios, mas um conjunto delas revela e desdobra aspectos que auxiliam na compreensão de redes de relações, não apenas iluminando situações passadas, mas as presentes. É o caso do tom nostálgico de algumas entrevistas frente a um passado em que as relações eram mais próximas, as comemorações quase que familiares e o crescimento da instituição acompanhado passo a passo.

Presente nas entrelinhas de alguns depoimentos daqueles que atuam no ensino médio e fundamental, o temor de que a parcela da instituição educacional, transformada em um complexo de ensino superior, suprima a outra parte, que convive no mesmo espaço, o colégio, eliminando hábitos, histórias, pessoas e um certo mundo mais seguro (3). As entrevistas revelam momentos históricos distintos, com movimentos de valorização e discriminação de propostas, bem como políticas institucionais em transformação, descrevendo a realidade, incessantemente sendo construída e interpretada por aqueles que sofrem e agem sob o peso da História.

Alguns cuidados teóricos devem ser especialmente observados quando se trabalha com um acervo oral, criado para ser utilizado como suporte para reflexões sobre memória institucional ou processos educativos. Torna-se especialmente útil a reflexão de Paulo de Tarso Galembeck (1997), o qual parte do pressuposto que, a partir do quadro geral de interação face-a-face, no qual são realizados os textos falados, o fato de alguém entrar em contato com outro constitui uma ruptura de um equilíbrio social pré-existente e, assim, representa uma ameaça virtual à auto-imagem pública, construída pelos participantes do ato conversacional.

As idéias de Goffman foram complementadas e aprofundadas por Brown e Levinson (1997), que estabeleceram a distinção entre face positiva (aquilo que o interlocutor exibe para obter aprovação ou reconhecimento) e face negativa ('território' que o interlocutor deseja preservar ou ver preservado).

As circunstâncias particulares em que se desenvolvem os diálogos fazem com que neles a preservação da face seja uma necessidade constante, principalmente no caso em questão, quando entrevistamos pessoas que, na sua maioria, ainda atuam na instituição que serve de suporte ao relato da experiência.

Como não há previsibilidade quanto às ações a serem desenvolvidas pelo (s) outro(s) interlocutor(es), o falante adota mecanismos que asseguram o resguardo do que não deseja ver exibido e coloca em evidência aquilo que deseja ver exibido.

Nesse caso, promovem o apagamento das marcas da enunciação, o que é obtido com o uso de certos recursos gramaticais utilizados para a expressão da impessoalidade (é possível que, parece que, é provável) e da indeterminação do sujeito (dizem, falam, diz-se), além do emprego dos marcadores da rejeição (não sei, se não me engano), presentes em vários momentos das entrevistas, o que pode ser melhor observado em suas versões integrais.

Percebe-se que são muito utilizados os marcadores de rejeição, que apresentam uma antecipação, com a finalidade de limitar ou neutralizar possíveis reações desfavoráveis ou interpretações

contrárias ou prejudiciais. São encontrados no corpus correspondente às frases fixas (que eu saiba, não sei se ... se não estou enganado e outras semelhantes), geralmente funcionando como prefaciadores de unidades discursivas. Essas expressões manifestam dúvida ou incerteza e, ao utilizá-las, o locutor reitera que não assume o que vai ser dito.

Verifica-se na observação que os pronomes e os verbos surgem nos discursos de forma não aleatória, prestando-se a fornecer indícios de como o depoente se insere no contexto social. Em vários trechos das entrevistas, percebemos o pronome “nós” para evidenciar uma experiência que transcenderia o individual, reforçando e legitimando a idéia expressa.

Enfim, o tempo e a vida constroem histórias que devem ser preservadas, a fim de que possam ser retomadas, pois as lembranças terão novos significados para cada pessoa que teve ou tem algum tipo de vinculação com a instituição. São explicitadas a amplitude e a complexidade das questões relativas à identidade institucional, vindo à tona dimensões não contempladas da memória habitualmente reconhecida da instituição

De alguma forma, tudo isso está comprometido com valores temporais e com poderes culturais simbólicos. Caberá ao pesquisador operar a massa de testemunhos recolhidos para conectar, isolar e estabelecer relações.

### **Algumas considerações finais**

A democratização da sociedade integrou a memória de marginalizados ou, simplesmente, “pessoas comuns”, por intermédio, não exclusivamente, mas principalmente, das fontes orais, contribuindo para uma ampliação da materialização da memória sob a forma de produção de acervos. Dessa forma, entrelaçaram-se os lugares da memória com a memória afetiva, sempre situada no presente e a História, reflexão intelectualizada dos passos da humanidade.

A reflexão procurou demonstrar que vivemos um contexto de intensas discussões ligando memória, identidade e representações.

Revela sua importância na compreensão de uma sociedade. Destaca-se o papel fundamental do registro dos depoimentos como fonte de estudo à problemática da dinâmica social, bem como a relação entre o par objetividade-subjetividade.

Não obstante, observamos que boa parte dos Arquivos e Museus ainda relutam em integrar as fontes orais como parte de seu acervo, mesmo que a noção de patrimônio intangível adquira cada vez mais importância, além da multiplicação de novos centros de documentação oral.

Mas, ao elevarmos o acervo ao bem comum, é preciso ter presente que a sua formação adveio de um processo em que estiveram presentes escolhas apoiadas em valores coletivos e consensuais, intencionalidade e redes de poder. O acervo é a materialização da memória organizada, preservada e que será exibida, com a intenção de legar-se testemunhos concretos, capazes de configurar determinados cenários históricos, políticos, institucionais ou culturais..

Ao exemplificarmos os raciocínios com a trajetória da constituição do acervo de história oral dos Lassalistas, tentamos demonstrar que se investiu nesse trabalho por acreditar que é mais do que necessário que se reconheça que, em diferentes tempos e lugares, as sociedades construíram dispositivos com a intenção de interpelar a memória. Eles constituíram-se, ao mesmo tempo, em elos afetivos com o passado, bem como fruto de escolhas, conscientes ou não, plenos de valores, seleções de imagens e reconstruções integrantes de um patrimônio intangível.

Luporini (2000) destaca que a questão atual sobre o sentido do patrimônio se direcionaria para uma nova perspectiva, valorizando as memórias coletivas, os modos de viver, pensar e comunicar, não considerando como função patrimonial apenas a guarda e conservação de objetos representativos/evocativos do passado, para investir no presente

Logo, a opção de utilizar as fontes orais em uma perspectiva de acervo constituído é profundamente ligada a uma determinada

visão de mundo, a uma condição teórica, a uma escolha de como narrar, analisar e expor determinado contexto, grupo social ou manifestação cultural.

Acervos dessa natureza constituem fontes muito ricas para o debate dos rumos da política, economia e educação brasileiras, na medida em que possibilitam acompanhar e recuperar o movimento de modernização e ampliação do estado brasileiro. Os acervos de depoimentos orais, além de completar as lacunas das fontes escritas, possuem valores próprios, irredutíveis como fonte primária, que transcendem os limites inerentes aos projetos de pesquisa que lhes deram origem.

A partir das referências e associações criadas do acervo de depoimentos orais, o pesquisador elabora e regula a sua própria objetivação de pesquisa, num ritmo de análise e de interpretação próprios, distinguindo e escolhendo aquilo — de rico, aproveitável e lógico — para o seu tema.

Arquivos e Museus nada têm a perder se levarem em consideração a possibilidade da integração de acervos orais em suas coleções e acervos. Pelo contrário, por intermédio de projetos bem estruturados e tecnicamente refletidos, proporcionarão importante instrumento de reflexão e interpelação da memória, contribuindo para o fortalecimento do diálogo entre diferentes representações.

## Notas

<sup>1</sup>Doutora em História Ibero-Americana. Professora e pesquisadora do Curso de História do Centro Universitário La Salle, Canoas, Brasil. Coordenadora do Museu e Arquivo Histórico La Salle, Canoas, Brasil. Coordenadora do projeto “Memória Lassalista Criação e dinamização do arquivo oral da trajetória Lassalista no Rio Grande do Sul”,

<sup>2</sup>Doutora em História do Brasil. Professora e pesquisadora do Curso de História do Centro Universitário La Salle, Canoas, Brasil. Historiógrafa do Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Coordenadora do projeto

“Memória Lassalista Criação e dinamização do arquivo oral da trajetória Lassalista no Rio Grande do Sul”,

<sup>3</sup>De acordo com MEIHY, História Oral é um conjunto de procedimentos que se iniciam com a elaboração de um projeto e continuam com a definição de um grupo de pessoas a serem entrevistadas, com o planejamento da condução das gravações, com a transcrição, com a conferência do depoimento, com a textualização.

2. Não discutiremos a diferença entre Arquivos e Centros de Documentação, apesar da

existência de correntes que admitem acervos criados (caso daqueles constituídos por fontes orais) apenas em Centros de Documentação, restringindo o acervo dos Arquivos aos Fundos com origem institucional.

3. As instituições educacionais lassalistas do Rio Grande do Sul estão presentes no ensino fundamental, médio e superior, este último representado pelo Centro Universitário La Salle, em Canoas.

4. GOFFMAN denomina face a expressão social do eu individual, designando por processos de representação (face-work) os procedimentos destinados a neutralizar as ameaças (reais ou potenciais) à face dos interlocutores ou a restaurar a face dos mesmos

## Referências bibliográficas

ALBERTI, VERENA. Para onde vai a fita. Dilemas na conservação de fontes orais. In: MONTENEGRO, Antonio Torres e FERNANDES, Tania Maria (org.). **História Oral: um espaço plural**. Recife: Universitária, UFPE, 2001.

ARAÚJO, Alan Pereira. **Institucionalismo e efetividade jurídica**. ([http://www.direitoemdebate.net/mon\\_inconst.html](http://www.direitoemdebate.net/mon_inconst.html)), acessado em 06.11.2003. Disponível: <http://www.Ufpel.tche.br/fae/sitehospedados/A19WERLE.htm>. Acessado em 03.11.2003.

AUSTER, Paul. **A invenção da solidão**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1999.

CAMARGO, Aspásia. Como a História Oral chegou ao Brasil. Simpósio Nacional da Associação Nacional de História (20:1999:Florianópolis) **História: fronteiras**. Associação Nacional de História. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: ANPUH, 1999, vol.II.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 2001.

CIÊNCIA & LETRAS. **Revista da Faculdade Porto - Alegre de Educação, Ciências e Letras**. Educação e Patrimônio Histórico-Cultural. Porto Alegre, n °27, jan/jun. 2000.

Departamento do Patrimônio Histórico São Paulo. Secretaria Municipal de Cultura. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. DPH. São Paulo: DPH, 1992.

FÉLIX, L. O., **História e memória** - A problemática da Pesquisa, Passo Fundo, Ediupf, 1998.

FERNANDES, Patricia Jacques, DUARTE, Maria das Graças, RODRIGUES, Heliana de Barros. **Para uma história do institucionalismo no Brasil**: polêmicas relativas à História Oral. In: VILELA, Ana Maria; CEREMZO, Antonio Carlos; RODRIGUES, Heliana de Barros.

**Clio-Psyché paradigmas**: historiografia, psicologia, subjetividades. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes (org). **História Oral e Multidisciplinaridade**. Diadorim: Rio de Janeiro, 1994.

FREITAS, S.M. Prefácio à edição brasileira. In: THOMPSON, P. **A voz do passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GUSMÃO, Paulo Dourado. **Introdução ao estudo do direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

HALBWACCS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HERNECKER, Marta e Rauber, Isabel Bogotá-Colombia. **Centro de Estudios y Documentación sobre América Latina**. CENDAL. 1996.

KERRIOU, Miriam Arroyo. Museu, Patrimônio de Cultura: reflexões sobre a experiência mexicana. In. Departamento do Patrimônio Histórico São Paulo. Secretaria Municipal de Cultura. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. DPH. São Paulo: DPH, 1992

LOUZADA, Nilson Moulin. Diferentes suportes para a memória. In: Departamento do Patrimônio Histórico São Paulo. Secretaria Municipal de Cultura. **O direito à memória**: patrimônio histórico e cidadania. DPH. São Paulo: DPH, 1992.

LUPORINI, Teresa Jussara. Lugares da memória: políticas pela preservação do patrimônio cultural. In: **Ciência & Letras**. Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras. Educação e Patrimônio Histórico-Cultural. Porto Alegre, n°27, jan/jun. 2000.

MARQUES, Emilia. <http://www.identidades.esel.pleiria.pt/emiliamarques.htm> (acessado em 12.04. 2005).

MATTOS, Hebe Maria. Os combates da memória: escravidão e liberdade nos acervos orais de descendentes de escravos brasileiros. In: **Tempo**: Rio de Janeiro, nº6, dez 1998, p.119-137

MEIHY, José Carlos S. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MONTENEGRO, Antonio Torres e FERNANDES, Tania Maria (org.). **História Oral**: um espaço plural. Recife: Universitária, UFPE, 2001.

NORA, Pierre. **Les lieux de mémoire**. Tome 2, Paris, Gallimard, 1997.

OLSON, D. "Cultura escrita e objetividade: o surgimento da ciência moderna". In: OLSON, D. e TORRANCE (Org.), **Escrita e oralidade**, 2a. ed., São Paulo, Ática, 1997.

OLSON, D. "Cultura escrita e objetividade: o surgimento da ciência moderna", in: OLSON, D. e TORRANCE., N. (Org.), **Escrita e oralidade**, 2a. ed., São Paulo, Ática, 1997.

ROUSSO, In: AMADO, J., FERREIRA, M. de M. (Coord.) **Usos e abusos da História Oral**., Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p.96.

TREBITSCH apud FERREIRA, M. de M. (org). **História Oral e Multidisciplinaridade**. Diadorim: Rio de Janeiro, 1994.

UHLE, AQUEDA BERNARDETE., Uhle, Agueda Bernardete. **Anotações sobre a utilização de fontes orais e biografias na pesquisa em educação**. Revista Educação. Porto Alegre, ano XIX, n. 30, 1996, pp17-38.

VOLDMAN, Danièle. **Definitions et usages**. Les Cahiers d'IHTP, n.21, nov.92.

WERLE, F. O. C. **Identidade institucional:** papel dos gestores na preservação da história institucional. Human experience and narrative – the issue of memory preservation via oral archives

## **Abstract**

Museums and Archives are privileged places of memory preservation. However, there is one kind of memory manifestation which is not fully accepted and contemplated in the archives of these institutions: the narrative of experiences by means of oral interviews ( even though memory and oral sources are deeply intertwined). The present article discusses the validity, formation, and possibilities of using oral sources archives, exemplified by the experience with a project based on oral testimonies called 'Memória Lasallista (Lasallian Memory)', under the supervision of La Salle Museum and Archive in the state of Rio Grande do Sul.

**Keywords:** memory, archives, oral sources, institutions.